

2012

COMBONIANOS BRASIL NORDESTE – 60 ANOS



“AQUI É PÃO PARA OS NOSSOS DENTES”

Breve ensaio sobre a presença missionária dos
Combonianos no Maranhão (1952 – 1970)



2012 - Combonianos Brasil Nordeste - 60 anos

“AQUI É PÃO PARA OS NOSSOS DENTES”*

**Breve ensaio sobre a presença missionária dos Combonianos
no Maranhão (1952-1970)**

Pe. Claudio Bombieri

São Luis, 1º de maio de 2012.

**Frase de Padre Rino Carlesi ao padre geral após visitar o território da diocese de Caxias que se tornaria, posteriormente, a Prelazia de Balsas.*



APRESENTAÇÃO

Aqui está em suas mãos, aos trancos e barrancos, uma reflexão/provocação para nós hoje, a partir do sentido da presença missionária dos combonianos nas décadas de 50 e 60. Não uma história. Nem uma cronologia da chegada e da atuação dos primeiros combonianos ao Maranhão. Só uma tentativa de resgatar intenções, compreensões e metodologias, daquilo que nós hoje poderíamos chamar de ‘os eixos’ mestres dos primeiros combonianos. Uma tentativa às avessas: descobrir como aqueles combonianos - mesmo sem formular e explicitar com a linguagem de hoje o seu pensar e agir missionário - já haviam incorporado, de alguma forma, princípios, sensibilidades, conteúdos e metodologias que vêm marcando o nosso hoje enquanto província.

Não foi nossa intenção, desde que decidimos assumir essa empreitada, reescrever o que outros, em diferentes contextos e com diversas abordagens, já fizeram. Descartamos o conceito metodológico de história como sucessão cronológica de acontecimentos para tentarmos compreender os processos. Melhor dito, as intenções subjacentes desse processo, o horizonte compreensivo adotado pelos combonianos ao se instalarem nessa região sul do Estado. À luz disso, e de forma indireta, poderemos nos sentir levados a reexaminar e a resignificar o nosso hoje. Afinal, se houve rupturas históricas inegáveis na compreensão e na atuação evangelizadora missionária da presença comboniana ao longo desses 60 anos, tem havido também um *contiuum* histórico de que podemos nos orgulhar. Nós hoje somos o resultado dessa caminhada real, histórica, iniciada cerca de 60 anos atrás por pessoas que se inspiravam não somente no mesmo fundador, mas também se sentiam motivados pelas mesmas práticas de compaixão, de fome de justiça e de construção de uma nova humanidade que marcaram a missão de Jesus de Nazaré.

Cabe ressaltar também, que não fizemos grandes buscas e investigações. O próprio material que temos à disposição é escasso, fragmentado, e pouco apto para elucidar o que nos propúnhamos no início. Por isso, para os nossos objetivos, evitamos citar pessoas, lugares e datas concretas, a não ser em algumas circunstâncias que consideramos pertinente, evitando a armadilha de tentar ‘transpor’ ou comparar. Evitando também esboçar julgamentos de atuações pastorais e de contextos históricos extremamente diferenciados à luz de critérios subjetivos de compreensão e de práticas hodiernas. Tentamos, isso sim, a partir do material disponível, trabalhar algumas hipóteses, ou melhor, algumas teses, que nos parecem emergir com evidência a partir dos relatos, livros de tombo, informes, artigos, escritos, testemunhos, e noticiários da época.

Talvez não tenha o rigor histórico-científico exigido pelos ambientes acadêmicos, mas terá a força de um testemunho e de um legado que não podem e não devem ser esquecidos, sob pena de perder não tanto o registro histórico, mas traços importantes da nossa própria identidade comboniana missionária.



UMA CRÔNICA NECESSÁRIA

Padre Antonio Todesco, padre geral dos combonianos, à época, tinha o firme desejo de criar algo no Brasil. A própria Santa Sé, coincidentemente, vinha insistindo e pressionando para que os combonianos pensassem algo a esse respeito. A ocasião surge quando o padre geral comboniano convida padre Rino Carlesi, italiano atuante na província de Portugal, a ‘visitar’ o Brasil. O pretexto, todavia, é conseguir ajuda financeira dos portugueses radicados no Brasil na cidade de Rio de Janeiro principalmente, para concluir a construção do seminário de Vizeu. Todesco pede a Rino Carlesi que na sua estada, informe-o sistematicamente e faça ‘*observações sobre a realidade social, o clero local, os religiosos, o clima, etc..*’

Em 26 de março de 1951 desembarca no Rio de Janeiro. Já no começo ele se encontra com o Núncio apostólico, Dom Carlo Chiarlo. Começa a sua missão de intermediar o diálogo/negociação entre a Cúria Romana e a direção geral dos combonianos que desemboca na aceitação por parte desses últimos em assumir um território missionário no Brasil. A única condição que os combonianos apresentam, é ter um ponto de apoio no litoral. A proposta-convite, entretanto, para uma presença missionária, é assumir o território que seria desmembrado da diocese de Caxias, no Maranhão.

O bispo de Caxias, Dom Luiz Gonzaga Marelím, queria entregar a uma congregação missionária a parte sul do território da sua diocese. Apresentava para tanto, as carências próprias da época: falta de padres, território imenso, pobreza extrema, falta de transportes, etc... Carlesi desloca-se do Rio para Belém e São Luís onde havia uma boa colônia de portugueses. A viagem continua tendo uma dúplice finalidade: conseguir ajudas financeiras e, ao mesmo tempo, conseguir informações sobre a futura prelazia. Dom Rino recebe em outubro uma carta do padre geral pela qual informa o aceite de que os combonianos assumam uma paróquia na diocese de Vitória. Era o que se queria, ou seja, um ponto de apoio no litoral. A própria Nunciatura desejava isto. Mas não só.

Persistia o firme desejo que os combonianos assumissem um território ao norte, em Caxias. Já havia entendimento entre o então bispo de Caxias, Dom Luiz Gonzaga Marelím e a Santa Sé nesse sentido, mas aos combonianos não havia chegado nada ainda sobre isso. Em novembro o padre geral informa que os padres Aletti Marchi e Gasperetti, e o irmão Xillo estavam indo para a paróquia da Serra perto de Vitória, no litoral. Para o território de Caxias, porém, ainda ninguém estava destinado. Só em 1952 padre Rino Carlesi visita Caxias e o seu imenso território. Escreve logo ao padre Todesco: ‘*É pão para os nossos dentes*’. Fecha-se o acordo com o bispo, e se dá vida à nova prelazia *Nullius* de Santo Antônio de Balsas com sede na mesma cidade.

Após confusão de datas, atropelos e adiamentos, chega-se a definir os nomes dos que partem para Balsas: Pe. Diogo Parodi, Pe. Cirillo Gasperetti, Pe. Mario Vian, Pe. Giorgio Cosner, Ir. Eugenio Franceschi, Ir. Sebastião Todesco. Todos saíram de Portugal no navio Vera Cruz, no dia 10 de maio de 1952. O navio chega ao Rio na manhã do dia 19 de maio e a acolher os recém-chegados missionários está padre Rino Carlesi. A chegada ao sul do Maranhão só era

possível por via aérea tendo como base Carolina, importante localidade de apoio para os aviões que iam a Belém. Prosseguia-se, posteriormente, por uma estrada de barro, transitável só no verão, para alcançar o sul do estado. Os missionários pedem carona à FAB (Força Aérea Brasileira), mas nem todos cabiam no avião. Assim, o primeiro grupo chega a Balsas na manhã do dia 12 de junho. Padre Rino Carlesi e Pe. Diogo Parodi estão nele.



Solene ingresso de Mons. Parodi em Balsas. Fonte: Nigr. 1956-3, p. 11

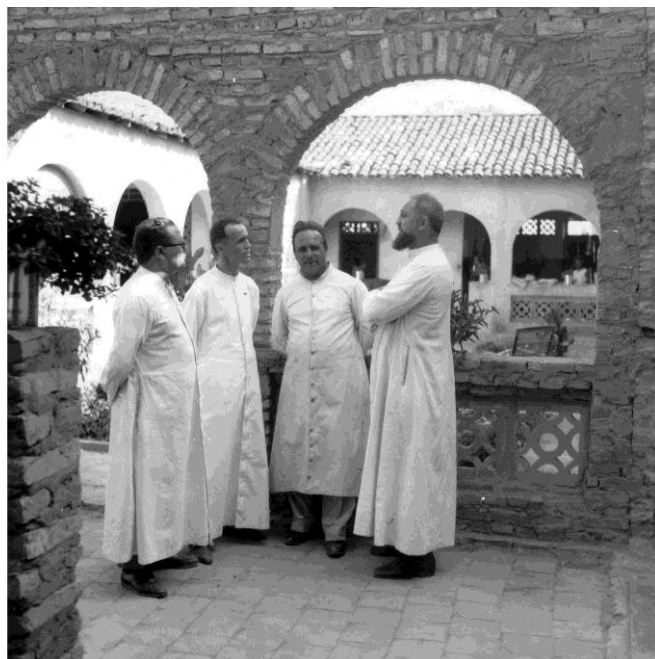
Quis a coincidência que chegassem às vésperas da festa do padroeiro. Recepção calorosa seja pelo povo, que pelo prefeito Edísio Silva, e o então vigário de Balsas, padre Clóvis Vidigal que havia mais de catorze anos lá se encontrava. A cidade de Balsas não contava com mais do que mil pessoas. Viviam de lavoura de subsistência ou na pecuária extensiva, mas de pouca expressão econômica. Em 18 de dezembro de 1954 os combonianos alcançam a meta estabelecida pelo bispo de Caxias para poder proceder legalmente ao desmembramento da diocese de Caxias e reconhecer a nova Prelazia de Balsas. O prelado, de fato, havia colocado como critério a presença de pelo menos doze padres de forma que cada paróquia da nova Prelazia tivesse ao menos dois padres.

Dessa forma, a estrutura visível da nova prelazia passou a se apresentar da seguinte forma: na cidade de Balsas, cinco missionários (Pe. Diogo Parodi, Pe. Pedro Albertini, Pe. Fábio Bertagnoli, o ir. Eugenio Franceschi, ir. Sebastião Todesco. Na cidade de Riachão: Pe. Mario Vian e Pe. Jorge Cosner. Em Loreto: Pe. Domingos Seri e Pe. Candido Poli. Em Alto Parnaíba: Pe. João Audísio e Pe. Cirillo Gasperetti. Em 1955, no dia 1º de janeiro, é lida na igreja a notícia da criação da nova Prelazia de santo Antônio de Balsas.



O desafio de uma nova realidade sócio-eclesial: missionários para humanizar tudo e todos

A breve crônica histórica inicial serve mais para contextualizar e resgatar os motivos aparentes e subjacentes da chegada dos combonianos ao Brasil. É difícil saber quais foram os reais motivos que levaram a Santa Sé, por exemplo, a pedir com certa pressão aos combonianos - que até então exerciam o seu ministério missionário prevalentemente na África - que iniciassem um ministério no Brasil. É difícil compreender quais os verdadeiros motivos de um padre geral alimentar o desejo de que os combonianos se expandissem para esse lado do mundo. Um mundo, diga-se de passagem, que já havia recebido um primeiro anúncio e que já possuía uma estrutura eclesial bastante consolidada. Os combonianos, desde logo, sabiam que não viriam para assumir realidades totalmente desconhecidas e acompanhar povos desprovidos de testemunho cristão e de presença eclesial, bem ao contrário. Pelo material documental que possuímos, a escolha de vir ao Brasil parece ser mais uma resposta pessoal do padre geral Todesco a um apelo oficial da Santa Sé, do que o resultado de um discernimento e de uma ‘decisão institucional da Missão Comboniana. Concomitantemente a isso, não transparece nas fontes nenhum tipo de informação que revele a necessidade de uma preparação adequada para os novos missionários enviados. As poucas testemunhas ainda vivas entre nós confirmam isso.



Padres Gesuino Podda, Cesarino Donati, Flavio Campus e Dino Vitalini, Mangabeiras – MA, 1965.

A impressão que se tem é de que os novos missionários a serem enviados ao Brasil não precisavam de uma preparação específica de caráter sócio-cultural, a não ser a aprendizagem do idioma, pois, afinal, o povo a que eram destinados já era, supostamente, cristão católico. Pelas informações colhidas de relatos interrompidos e descrições não muito aprofundadas, e pelo testemunho vivo dos confrades, podemos deduzir que não havia no próprio Instituto particular pre-

ocupação com a preparação antropológica e cultural específica do missionário enviado a compreender o ‘mundo do outro’, o desconhecido, o diferente social e cultural. Certamente esse tipo de preocupação não fazia parte dos critérios comuns da metodologia missionária da época, pelo menos para os que aqui chegaram...Havia, ao contrário, uma consciência muito forte de pertença a uma igreja que achava ter clareza da sua missão. Uma Igreja que possuía ‘a verdade’ - única e igual para todos - a ser anunciada e testemunhada, independentemente de quem fosse o destinatário.

Nesse sentido, os combonianos não se diferenciavam, em geral, dos demais missionários, e parecia haver entre os que aqui chegavam, uma consciência imbuída de um espírito salvacionista. Esse era o elemento essencial do modo de entender a missão na época. Segundo esse espírito, o missionário tinha a convicção de que mediante as suas ações sacramentais e litúrgicas podia garantir de um lado a salvação a pessoas e grupos que ainda não viviam de forma regular e formal a realidade que os missionários viviam e, do outro lado, com as suas ações ‘purificadoras’ afastar e condenar o ‘entulho religioso e cultural’ que criava obstáculos à plena obtenção da salvação oferecida e testemunhada pelos missionários. Nisso, também os nossos missionários eram filhos da sua época!



Balsas, 1958: Pe. Domenico Seri

O que chama a atenção, porém, é o fato de que, desde o início, os combonianos que aqui vieram não deixaram de observar, constatar e comentar situações, circunstâncias, informações, anotações que faziam emergir uma realidade social, econômica e humana que lhes exigia uma intervenção integral. Parecem entender a sua missão numa dúplice vertente. De um lado constatarem e descrevem a situação de pobreza religiosa encontrada. Um conjunto ‘de crenças e superstições’, que deviam ser combatidas ou purificadas. Ao mesmo tempo se entristecem diante de uma realidade social e humana ‘de famílias desestruturadas moral e financeiramente....com muita cachaça estragando a moral e a saúde’. Percebem que diante disso tinham o dever de enquadrar as pessoas nos rígidos esquemas das práticas morais e dos preceitos religiosos que eles conheciam e haviam importado. Do outro lado, porém, constatarem com imensa alegria o potencial existente que aquele povo possuía: a capacidade de acolher, de proteger os desampara-

dos da família, a disponibilidade em ajudar, festejar, a bondade, o calor humano, uma fé tenaz, como nos informa Parodi. Ao descrever a situação religiosa daquela população, o prelado *nos diz que 'os caboclos daqui podem até estar cheios de defeitos, preguiçosos, dedicados ao álcool, mas possuem uma fé tenaz'*. Ou seja, a prática missionária consistia não só em demonizar ou purificar os costumes e as práticas populares, mas também em humanizar e humanizar-se com ele.

Mesmo sem abrir mão de posturas próprias, moralizantes e purificadoras, os combonianos entendem que podem construir algo inédito. Percebem que naquela realidade feita de isolamentos, solidão e abandono, podem se constituir, desde o início, como atores e pastores humanizadores, prontos a intervir em todas as dimensões da realidade sócio-política e cultural para suprir a todo tipo de carência. Na prática, os combonianos - em que pese a sua autoconsciência de testemunhas da *'única verdade, e da 'única igreja'* - não se entenderam como meros veículos e facilitadores do 'sagrado', ou purificadores de *'práticas desviantes e supersticiosas'*, mas também como portadores de humanização integral. Este parece ser o aspecto predominante que caracteriza, ao nosso modo de ver, a atuação dos primeiros combonianos ao Maranhão.

É difícil estabelecer até que ponto os combonianos tinham consciência clara dessa sua missão humanizadora. Até mesmo porque não era essa a linguagem adotada à época. Se por humanizar entendemos a capacidade de reconhecer, respeitar e promover a dignidade integral da pessoa em todas as suas dimensões (qualidade de vida, cultura, assistência médica e educacional, espiritual, etc.), os combonianos tomaram uma série de iniciativas para que isso pudesse acontecer desde o início da sua presença em Balsas. Recorre com frequência surpreendente nos relatos e informes sistemáticos que eram encaminhados a Roma, um conjunto de observações e preocupações – seguidas por uma lista de ações concretas, que exigiam articulação e mobilização – que comprovam a sensibilidade e a atenção para o que mais tarde veio a ser definida como *'dimensão e/ou promoção social'*.



Obras sociais: escola de artes e carpintaria. Balsas, 1962.

Se formos pesquisar as fontes inspiradoras de tal atitude comboniana, devemos descartar desde o início possíveis influências vindas das escolhas desenvolvimentistas governamentais que se estavam a iniciar de forma incipiente no Brasil. O isolamento a que os combonianos eram submetidos, e a falta de conexão com o resto do Brasil, não tornava possível tal inspiração. Tampouco podemos atribuir isso à mera constatação de que os poderes públicos locais eram omissos ou incompetentes. Nem podemos fazer atribuição à necessidade candente de ter infraes-

truturas físicas para aparelhar a nova Prelazia e o seu contexto. Esta preocupação *ad intra* manifestou-se com força mais tarde, e não sem críticas internas. Mesmo assim, o ‘*ciclo das construções*’ governamentais não impediu que, paralelamente, os combonianos mantivessem sempre dinâmica a frente social em todo o território.

Nós estamos propensos em atribuir a intervenção comboniana integral no campo sócio-econômico de Balsas, desde os primórdios, a uma visão e a uma consciência específicas e anteriores à sua própria chegada. Algo adquirido nos processos formativos essenciais e no modo de ‘ser missionário comboniano’. Uma espécie de identidade esculpida na consciência e no modo de agir de quem chegou: o missionário comboniano é aquele que veio para ‘humanizar’ de forma integral a população à qual é chamado a ‘tomar conta pastoralmente’. Não apenas como celebrante e ministro do sagrado, mas também como aquele que intervém para modificar uma realidade que ele considerava inadequada e desumana.

Evidentemente, não se pode pensar que houvesse naquela época a preocupação metodológica de envolver as pessoas facilitando ou promovendo a sua participação nas decisões a serem tomadas. Havia uma leitura da realidade que era feita única e exclusivamente pelo grupo comboniano e, claramente, executavam-se projetos, obras, intervenções das mais variadas, ‘de cima para baixo’. A mó de exemplo podemos citar o recebimento entre 1953-54 de uma quantia de dinheiro (200 mil cruzeiros) por Dom Diogo do governo federal para iniciar ‘obras sociais em benefício de menores abandonados da Prelazia de Balsas’. Havemos de deduzir que, embora Balsas contasse com uma população muito pequena, os combonianos já haviam detectado um número significativo de menores desamparados que chamou a sua atenção. E despertaram para uma intervenção social imediata e direta.

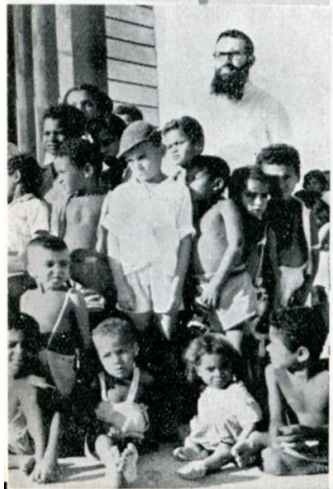


A IGREJA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL NOS ANOS 50-60

Já no final do pontificado de Leão XIII, reúne-se em Roma, em 1899, o Concílio Plenário Latino Americano que unifica em termos pastorais, doutrinários e jurídicos, as diretrizes romanas para a América Latina, impondo uma uniformidade até então desconhecida e uma clara ruptura com a tradição anterior herdada de regimes eclesiásticos sob o patronato régio da Espanha e de Portugal. Em 1934 é construído em Roma o Colégio Pio Brasileiro, num terreno doado pelo próprio papa Pio XI. Depois da bem sucedida experiência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, fundada por Dom Hélder Câmara, em 1952, é a vez de Pio XII permitir que durante o Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro, de 1955, fosse fundado o CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano) com sede em Bogotá. Nesta mesma década de 50, surgem, por iniciativa dos episcopados locais, ou a pedido da Santa Sé, a maioria dos organismos europeus de ajuda e colaboração com a América Latina.

Foi, contudo, João XXIII que deu uma atenção especial às igrejas na América Latina e no Brasil. Entre 1959 e 1963 o papa Roncalli enviou nove cartas aos bispos dos Estados Unidos e Canadá, seis aos da Alemanha e várias outras aos bispos da Europa, a fim de chamar todas essas nações com clero relativamente abundante, a uma ajuda mais intensa de padres

para a América Latina. Nelas o papa convida os pastores a empregarem os meios especiais para enfrentar a situação de carência e necessidade da América Latina que consistiam em:



Balsas, Nigr. 1955-12, p.3

1. Possuir uma clara visão da realidade;
2. Um plano de ação correspondente à realidade para somar e canalizar as forças e iniciativas;
3. A corajosa execução do plano;
4. Uma larga e cordial colaboração das igrejas latino-americanas entre si e com 'aqueles que querem e podem prestar um auxílio fraterno, hoje em dia indispensável para a América Latina'.

Já em 1959 Dom Hélder Câmara, ao perceber problemáticas comuns entre os países da América do Norte, Central e do Sul, havia tomado a iniciativa de pedir o apoio ao papa Pio XII para que houvesse um encontro com os bispos do continente não para pedir dinheiro ou padres mas para que os 'irmãos do Norte tivessem mais compreensão e colaborassem mais efetivamente, tomando consciência das injustiças que esmagam o continente latino-americano, mobilizando a força espiritual que representa a Igreja na América do Norte...'

O papa deu sinal verde, mas pedindo que Dom Hélder conversasse com o cardeal Montini. Este o apoiou. O encontro se deu em Georgetown University, em Washington, em 1959, mas os bispos da América do Norte entenderam que os latino-americanos só queriam dinheiro.

O próprio enviado da Santa Sé, sob os protestos de Dom Hélder, ao resumir os 3 dias de encontro convidava os bispos da América do Norte a dar América Latina 'um milhão de dólares por ano ao longo de 10 anos e 10% de padres e religiosos...'. Seja como for, esse encontro foi um marco entre os pastores da América Latina e os do Norte fazendo crescer as relações de colaboração entre as igrejas, inclusive européias.

É dessa época (1962) a criação, por exemplo, na Itália, do Seminário para a América Latina destinado a preparar candidatos ao sacerdócio destinados às dioceses do continente; na Alemanha, em 1958, foi lançada a iniciativa de uma grande coleta quaresmal, MISERIOR, para minorar a fome no mundo; na Espanha os bispos liberaram em três anos (1963-1965) mais de 1.500 padres seculares para trabalharem na América Latina.

No Brasil, especificamente, desde Leão XXIII a política da Santa Sé foi a de multiplicar dioceses, tentando criar novos focos de vida religiosa, cobrir o avanço da ocupação do território nas zonas pioneiras e fazer frente ao forte incremento populacional. Mas foi durante os 5 anos de João XXIII que se deu um forte impulso nesta direção. E isso graças à estreita colaboração entre o então núncio apostólico Armando Lombardi, um núncio que amou e compreendeu o país, e a CNBB, principalmente na figura de Dom Hélder. Nos cinco anos de papa Roncalli foram criadas trinta e duas novas dioceses no Brasil e acrescentados mais sessenta e sete novos bispos ao episcopado. A multiplicação de bispos e dioceses expandia a estrutura tradicional.

É a insistência de João XXIII para que as igrejas da América Latina se organizassem pastoralmente dentro de um plano orgânico, a fim de enfrentar os desafios das novas situações, que introduz um elemento novo e dinâmico. Ao explicar ao episcopado brasileiro, as intenções do pontífice a respeito do ‘plano’, o núncio Lombardi afirma que *‘ele consiste no estudo daqueles aspectos da situação da casa, que merecem uma atenção particular, remédios mais urgentes, cuidados mais solícitos’*. O papa propunha, entre outros:

1. Renovação do anúncio evangélico - a catequese - da pregação, do ensino católico, das missões populares e de cursos de cultura católica;
2. Retomada da vida sacramental;
3. Revitalização do apostolado de sacerdotes, religiosos e religiosas e, sobretudo, dos fiéis convidados a colaborar com os primeiros e a engrossar as fileiras da Ação Católica;
4. Redobrado trabalho vocacional, acolhendo ao mesmo tempo a colaboração vinda das outras igrejas;
5. Empenho no campo social, pois o ‘Reino de Cristo é também de justiça, de amor, e de paz’!
6. Apelo aos governantes ‘para que resolvam os graves e múltiplos problemas de caráter civil, social e econômico e à Igreja para que se empenhe em anunciar e em pôr em prática a doutrina social da igreja, mormente os princípios da Mater et magistra;
7. Convocação dos fiéis ‘para esta tarefa no campo social, evitando dar o pretexto aos inimigos da igreja para acusá-la de não se preocupar com as necessidades materiais dos homens’.

O núncio conclui com uma forte exortação: ‘A vós, ao vosso clero, aos religiosos e religiosas, aos católicos que abertamente professam sua fé e estão dispostos a colaborar na instauração do Reino de Deus, compete a gravíssima responsabilidade de apreciar e ilustrar não somente com palavras, mas também e sobretudo pelo exemplo, o preceito da justiça e do amor fraterno, o qual constitui a alma e a base da doutrina social da Igreja, preceito este que pode satisfazer a angústia e as legítimas aspirações dos povos’. O plano foi preparado pelo Secretariado da Conferência Episcopal entre novembro de 1961 e março de 1962, sendo aprovado por ocasião da V assembleia geral da CNBB em abril do mesmo ano. Com o Plano de Emergência como havia sido batizado ainda pelo papa, começa a ser ensaiada a regionalização da CNBB.

O Plano permitiu que a igreja no Brasil procurasse um caminho próprio, deixando de lado a contínua incorporação dos modelos europeus. Como o papa havia solicitado, toma-se como base a realidade social, política, econômica e religiosa do Brasil para depois propor soluções. Embora seja difícil fazer um balanço desse primeiro Plano, é um fato que isto colocou a Igreja, pela primeira vez, numa atitude de trabalho conjunto e planejado. Em 1965, de fato, a Igreja do Brasil formula o seu segundo ‘Plano de Pastoral de Conjunto’ já inteiramente calcado nos documentos do Concílio Vaticano II, repensados à luz da realidade brasileira e convertidos em metas pastorais concretas para todas as dioceses e seus organismos intermediários e de base. A igreja do Brasil, em que pesem as crises vividas, manteve firme seu rumo.



Construções em Balsas. Fonte: Balsas, Nigr. 1955-12, p. 4



O BRASIL NOS ANOS 50/60: UM PAÍS EM RÁPIDA E PROFUNDA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA

Na década de 50, pouco antes do período do Governo de Juscelino Kubitschek, a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL - realizou um abrangente estudo sobre os países subdesenvolvidos da região, mapeando os principais aspectos que diferenciavam os países ricos dos pobres. Enfatizam os entraves do crescimento econômico do país. O Brasil, na época, era um país que tinha a sua economia sustentada em bens primários, uma agricultura pouco desenvolvida e centrada principalmente no cultivo, produção e exportação de café, produto este que perdia valor no mercado externo. A partir desta constatação, surge o Plano de Metas, resultado da análise pragmática do capitalismo brasileiro, que visava uma mudança substancial na estrutura produtiva do país, deslocando o eixo da economia para a produção de bens duráveis. Para tanto, houve uma clara abertura ao capital estrangeiro que entrou de forma maciça nessa reorganização da economia.

Entretanto, em oposição a essa abertura ao capital estrangeiro, surgiu um relevante movimento de nacionalização do petróleo, sob o lema “O petróleo é nosso”. Em 1953, finalmente, o Congresso, pressionado pela força que o movimento atingira, aprovou a lei que instituiu o monopólio estatal da exploração e do refinamento do petróleo. Para os nacionalistas, sem a efetiva emancipação econômica não haveria independência nacional. Em outras palavras, uma economia autosustentável significava, finalmente, independência em relação aos interesses do capitalismo internacional. Dentro deste contexto, o imperialismo do capital representava a ameaça externa número um ao desenvolvimento brasileiro. Ser nacionalista significava, portanto, ser favorável à industrialização autosustentada, e isso pressupunha um confronto com a oligarquia rural, no plano interno, e com imperialismo no plano externo. As posições, em alguns casos, vencedoras de um setor nacionalista, formado a partir da coligação de intelectuais, militares, estudantes, políticos e líderes operários, não poderiam ser bem recebidas pelos Estados Unidos. Estes, de fato, diante dessas resistências nacionalistas internas exerciam fortes pressões sobre o Brasil para que mantivesse inalterada a sua abertura ao capital estrangeiro.

A oportunidade de retomar o caminho para um novo fluxo de capitais se dá por ocasião do suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. A morte de Vargas pressionado por 'forças ocultas', representou a vitória dos partidários do desenvolvimento dependente do capital estrangeiro. O comportamento político de Getúlio em relação ao capital estrangeiro - ao imperialismo, em suma - era bastante flexível. Ele só não concordava com o alinhamento completo do Brasil aos Estados Unidos, como estes desejavam. Na verdade, recusava-se a atuar como peça subordinada ao capital estrangeiro.

A ascensão de Juscelino Kubitschek, em 1956, marcou o início do processo de industrialização inteiramente ajustado aos interesses do capital internacional. Apesar da composição das forças políticas que serviram de base para sua eleição, o governo juscelinista definiu com clareza o rumo da industrialização. Implantou um modelo desenvolvimentista, estreitamente associado ao capital estrangeiro. A burguesia industrial brasileira sentia-se incapaz de conduzir o processo de industrialização de forma autônoma e em posição hegemônica. O Plano de Metas, ao final, visava modernizar e aprofundar o processo de industrialização, através de um programa de substituição das principais importações efetuadas pelo país. Buscava tanto atacar os chamados *pontos de estrangulamento* da economia, que dificultavam o incremento industrial, quanto incentivar os investimentos privados de capital nacional e estrangeiro. Iniciou-se aí a organização das multinacionais, que, monopolizando aquele que viria a ser o setor mais dinâmico da economia, estavam destinadas a exercer inegável influência na redefinição da orientação econômica e, também, política do Brasil.



Missionários no Rio Balsas. Fonte: Balsas, Nigr. 1954-6, p. 6

Uma das premissas do Plano era que o Estado brasileiro assumiria o papel de empreendedor, investindo na infraestrutura necessária para viabilizar o Plano. Esta infraestrutura envolvia energia, siderurgia, estradas e comunicações. Claramente uma solução de redução da pobreza fundamentada nos princípios do capitalismo, segundo os quais os investimentos geram empregos, renda e consumo, propiciando um círculo virtuoso. Com o slogan '*cinquenta anos em cinco*', todos os sonhos eram possíveis. Extremamente ambicioso, o Plano dava a dimensão da mudança que se buscava, um salto qualitativo para a sociedade brasileira, alterando e modernizando a oferta agregada de produtos e sua matriz produtiva. Lembre-se que o Brasil no período de 1957-1961 cresce a uma taxa anual de 8,2%, medida pelo PIB, e a inflação média atinge 22,6%.

Nessa época, as categorias "subdesenvolvimento" e "semicolonialismo" serviam para qualificar a vida brasileira de forma global, resultando a idéia de que não éramos somente economicamente dependentes, mas também dependentes do ponto de vista cultural. A dependência tornava a nossa cultura "inautêntica", isto é, completamente desvinculada da realidade nacional e incapaz de expressar e criticar o subdesenvolvimento, passo indispensável à superação dos problemas. Na questão educacional, por exemplo, se compararmos o Brasil daquela época com os países industrializados, verificamos uma enorme disparidade. Enquanto estes países tinham atingido a universalização da educação no fim do século XIX, ou seja, vencido a barreira do analfabetismo, o Brasil na metade do século XX, apresentava uma taxa de analfabetismo na faixa de 40%. O próprio Plano de Metas reservava para a educação um percentual ínfimo.

Com o regime instalado em 1964, esse modelo de desenvolvimento econômico, que havia ganhado forma com Juscelino, foi levado às suas últimas consequências. Havia, porém, uma considerável diferença entre os períodos de 1955 a 1965, aproximadamente, e de 1965 em diante. No primeiro período, apesar da maciça presença do capital estrangeiro, procurou-se através dele dirigir toda a força econômica para a dinamização do mercado interno. De 1965 em diante, a nova estratégia, com base na mesma força econômica, passou a orientá-la para o mercado mundial. Nesse sentido, o movimento militar de 1964 e o regime implantado a partir daí podem ser vistos como resultado, entre outras coisas, da luta entre aqueles que procuravam enquadrar as multinacionais às perspectivas da economia brasileira, e aqueles que, inversamente, desejavam o enquadramento da economia brasileira à perspectiva econômica das multinacionais.



O MARANHÃO DOS ANOS 50-60

Quem dominava o cenário político no Maranhão nas décadas de 30-50 era o grupo do senador Vitorino Freire, chefe oligárquico do Maranhão. Pernambucano, Vitorino de Brito Freire, chegou ao Maranhão na década de 1930, levado pelo interventor e amigo pessoal capitão Martins de Almeida, conhecido no exército como o "bala na agulha". Sua estreita ligação com o Marechal Dutra, desde o tempo em que aquele militar era coronel, fez com que as portas da política se abrissem para Vitorino, que em 1946 elegeu-se deputado federal pelo Maranhão e, posteriormente, foi eleito várias vezes senador pelo estado, cuja política comandou por quase 30 anos. A máquina administrativa da oligarquia Vitorino, alicerçada sobre o PSD, amparava-se pelo uso sistemático da fraude eleitoral como forma de se garantir no poder.

As escassas e frágeis oposições existentes no Estado só no início dos anos 50 conseguiram articular em torno de si o apoio de diversos segmentos sociais, especialmente das massas populares de São Luís que, pelo menos num momento, chegaram a "explodir" contra os desmandos do grupo dominante vitorinista, por ocasião da greve de 1951. Esta foi uma revolta popular articulada pela oposição contra a posse do governador Eugênio Barros, ligado a Vitorino e eleito graças a inúmeras fraudes. Em dois momentos, a cidade de São Luís ficou completamente paralisada numa greve geral de caráter político, nos meses de fevereiro (cerca de quinze dias) e setembro/outubro (vinte dias). A greve teve tal magnitude que reunia em suas manifestações diárias contingentes de três a quatro mil pessoas, alcançando vinte mil pessoas no enterro do líder da oposição, Saturnino Belo (o qual teria morrido por "desgosto" com a fraude eleitoral).

Tudo isso numa São Luís com apenas cento e vinte mil habitantes! Vale destacar que à época, a principal liderança da oposição ao vitorinismo não era José Sarney, mas sim o jornalista e deputado federal Neiva Moreira do PSP, liderança especialmente ligada aos setores nacionalistas e de esquerda da coligação oposicionista. Aliás, uma oposição absolutamente heterogênea nesse momento, congregando desde setores tradicionais e moderados (a oposição oligárquica), até setores populistas e nacionalistas, bem como a esquerda, representada pelo PCB de Maria Aragão. O que unificava todos era a bandeira do antivitorinismo.

Significativas transformações estruturais começam a ocorrer já a partir da década de 1950, com o “início efetivo da inserção da economia maranhense na nova divisão nacional do trabalho” ditada pela implantação de um novo modelo de acumulação capitalista no Brasil, o modelo dependente-associado (PALHANO, 1983:112). Conforme ressaltado por TRIBUZI (1981:41-42), houve a “ruptura do sistema latifúndio - transporte fluvial - Praia Grande que foi substituído pela prevalência do sistema ‘nova fronteira agrícola’ - rodovias - multipolarização comercial”. Este processo implicou em profundas repercussões sociais e políticas no Maranhão, afetando as bases de sustentação interna da oligarquia vitorinista, assentada justamente na aliança Praia Grande - latifúndio (PALHANO, 1983:128-133).

Na medida em que se organizam alguns movimentos sociais no Maranhão, no final dos anos 1950 e início dos 1960, a oposição vai alimentar e ser alimentada por esses movimentos. No campo, com destaque para o Vale do Pindaré, os trabalhadores rurais organizavam-se pela permanência na terra, contra a invasão das lavouras pelo gado, pela reforma agrária. Já se esboçava também no interior da Igreja Católica um setor voltado para os problemas sociais, considerado precursor da Teologia da Libertação. Em São Luís, crescia a mobilização de estudantes, trabalhadores e intelectuais em torno das bandeiras nacionalistas e reformistas (as então denominadas “reformas de base”), que empolgavam o país às vésperas do golpe de 1964. O evento significativo e que produziu forte impacto na política maranhense, redirecionando-a, foi o golpe militar de 1964, que derrubou o governo João Goulart e estabeleceu 21 longos anos de ditadura no país. A ascensão dos militares ao poder foi fundamental para a ascensão na política maranhense da liderança de José Sarney. O sarneysmo parece ser fruto, portanto, de modo direto, do ‘Golpe de 1964’ (ou mais especificamente dos governos Castelo Branco e Costa e Silva) e da própria ARENA (Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão - Wagner Cabral da Costa, 2008 – Artigo)

O regime militar de 1964 produziu efeitos em três direções. De imediato, foi desencadeada uma forte onda repressiva que atingiu, no Maranhão, os setores nacionalistas e de esquerda, capitaneados por Neiva Moreira e Maria Aragão. Assim, José Sarney, com uma postura mais moderada, se consolidou como uma das principais lideranças da oposição, tornando-se o seu candidato a governador nas eleições de 1965, com a proposta de um “Maranhão Novo”. Outra consequência do golpe foi que ele precipitou uma cisão no vitorinismo, em torno da indicação do candidato a governador pelo partido governista (o PSD). Buscando credenciar-se como o novo chefe político estadual, o governador Newton Bello lançou a candidatura de Costa Rodrigues em contraponto ao candidato de Vitorino, o deputado Renato Archer. O vitorinismo estava cindido. A terceira e decisiva consequência foi o apoio prestado à candidatura de José Sarney pelo governo do Marechal Castelo Branco (1964/1967). Este apoio se explica pelo fato da UDN ter se constituído na principal base de apoio civil ao golpe militar; dessa forma, as lideranças udenistas obtiveram amplo acesso ao governo federal e atuaram em conjunto com a facção militar sorbonista (grupo dos generais Castelo Branco, Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva), no sentido de “limpar” (destruir) as bases políticas dos antigos partidos dominantes (PSD e PTB), ao mesmo tempo em que apoiavam as candidaturas da UDN nos estados.



Balsas, 1964. Mons. Carlesi com o governador Sarney.

No caso do Maranhão, o PSD de Vitorino Freire foi atingido pelo apoio federal à candidatura de José Sarney (UDN / Oposições Coligadas). Este apoio foi corporificado através das seguintes medidas, entre outras: revisão eleitoral visando combater a corrupção eleitoral, a qual eliminou mais de 200 mil eleitores fantasmas num universo de quase 500 mil; “intervenção branca” na Justiça Eleitoral do Maranhão; convocação de tropas do Exército para garantir as eleições; além do apoio da máquina administrativa federal no Estado. Iniciava-se a escalada de José Sarney ao comando da política estadual, pautado em seu projeto de modernidade para o Maranhão. A construção discursiva em torno de um “Maranhão Novo” estabelece de imediato uma diferenciação: em contraponto ao Maranhão atrasado e arcaico representado pela oligarquia vitorinista, a parcela da “geração modernista de 45” que ascende ao poder regional, autoidentifica-se como portadora de um projeto modernizante. O “novo”, desta forma, se constitui na marca distintiva autoatribuída desse projeto político, ocupando um lugar central em seu discurso, como pode ser observado na seguinte passagem:

“... nada temos a continuar, tudo temos a inovar em nosso estado (...), estamos sepultando um passado embrutecido pela ausência, pelas carências de toda a ordem. Um passado em que as instituições foram empobrecidas e deformadas, quando não corrompidas ou viciadas. Um passado que nos encheu de vergonha, de pobreza e de mistificação; um passado que, por tudo isso, deve ser sepultado para sempre” (discurso de posse de José Sarney, apud CALDEIRA, 1976:42).

Estamos diante de um ritual de celebração e representação da “morte”: a “morte” do passado (vitorinista), a “morte da pobreza”, que deve ser “sepultada” para dar lugar a um novo espetáculo no teatro político maranhense, o espetáculo da modernidade. Daí a celebração da morte, reiteradas vezes reposta no interior do discurso dominante através de sua antítese, o “novo”. A bem da verdade, é preciso relativizar esse discurso modernizante da oligarquia emergente. A inserção do Maranhão no contexto discursivo da ideologia nacional-desenvolvimentista se deu ainda sob a égide do vitorinismo. Como aponta PALHANO (1983:171), “ao contrário do que normalmente se divulga [através do discurso da oligarquia Sar-

ney], as idéias sobre o planejamento, como instrumento para o desenvolvimento econômico, chegaram ao Maranhão mais cedo do que invariavelmente se pensa. Chegaram, por exemplo, quase dez anos antes da SUDEMA [Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão, criada pelo governo Sarney em 1967], ... , apontada como a primeira experiência maranhense de planejamento”. Em seu estudo sobre os governos de Matos Carvalho (1957/1961) e Newton Bello (1961/1965), ambos ligados ao grupo de Vitorino Freire, esse autor aponta a identidade existente entre as concepções de desenvolvimento econômico dessas administrações estaduais e as formulações da corrente nacional-desenvolvimentista dominante a nível nacional.



Pe. Diogo Parodi, com crianças em Balsas – MA.



SITUAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DE BALSAS

Balsas parecia não respirar minimamente o clima de efervescência econômica e política que se dava no cenário nacional naqueles anos. Parecia uma ilha desconectada, incapaz e impotente para poder interagir com o resto do País. Figuras como os presidentes Juscelino e Vargas eram pouco conhecidos pela população local e o Plano de metas pouco incidiu na realidade local até a segunda metade dos anos 60. Pelos testemunhos e dados fornecidos pelos nossos primeiros informantes combonianos, nós podemos ter uma idéia do que representou aquela parte do sertão maranhense no início dos anos 50. A população total do território que seria assistida contava com cerca de cinquenta e uma mil pessoas espalhadas por uma superfície de 75.000 km quadrados. A maioria da população era analfabeta, formada por 33% de brancos, 16% de negros, e 51% de mulatos (terminologia utilizada pelo informante). Parodi nos informa que aproximadamente 82% dos habitantes moravam em casas de palha. Do ponto de vista religioso, havia 97%

de católicos, 2% de protestantes, ‘crentes’, e o restante formado por espíritas. Do ponto de vista social, a população era na sua grande maioria, - 83%, segundo Parodi, - analfabeta; ‘*não havia hospitais, médicos, eletricidade, verduras, vinho...*’. A correspondência que vinha da Itália ou não chegava ou gastava em média quatro meses para chegar. Há uma variedade de descrições quanto à situação social e comportamental da população, sendo o que mais se enfatiza era a situação de degrado moral (alcoolismo, brigas, infidelidade conjugal, etc.)

Reconhece-se, ao mesmo tempo, que poucas famílias de senhores donos da economia local dominavam o restante, e que praticavam ‘*uma espécie de semi-escravidão*’. Temos também vários relatos de missionários que nos informam de forma detalhada e sarcasticamente crítica as relações comerciais e econômicas existentes naquele recanto do mundo. O que chama a atenção em alguns desses relatos, no ano de 1957, é a referência direta ‘*ao clima colonial que se respira em Balsas, coisa do século passado...*’ Um dos autores dos muitos documentos, chama de ‘*imperadores*’ aqueles 30 comerciantes brancos da cidade de Balsas que ‘ditavam lei’. Estes eram os únicos a possuírem caminhões, embarcações que desciam e subiam o rio comprando, vendendo e acumulando. Os mesmos que possuíam em média 500 cabeças de gado nas fazendas onde seus vaqueiros vigiavam os animais permanentemente.

Na cidade, ‘*em suas casas grandes quase sempre adjacentes ao armazém, suas esposas se faziam servir com dignidade quase real por numerosas criadas, em sua maioria mulatas*’. Só as famílias mais sensíveis permitiam que aos domingos essas criadas fossem à missa. O mesmo autor nos informa também que ao lado dessas criadas que não podiam se misturar com as ‘senhoritas’ - filhas das famílias ‘de bem’ da cidade - havia “*muitos ‘criados’, ou seja, filhos de ninguém que viviam na rua*”. Mesmo abandonados e desamparados ‘*eram assistidos e alimentados por quase todos, talvez por remorso por serem o fruto de aventuras juvenis...*’ Em sua descrição da situação de Balsas da segunda metade dos anos 50, o nosso autor nos diz que ‘*aumenta a impressão do ambiente colonial, o escandaloso contraste entre ricos e pobres...*’



Obras: hospital de Balsas, 1974.

Em que pese o reconhecimento da existência de uma ínfima elite que domina econômica e politicamente a cidade, formada por comerciantes e criadores latifundiários, por parte dos combonianos raramente se via a contradição de se hospedarem em suas casas, por exemplo, ou utilizar seus favores, seja no sertão por ocasião das desobrigas, bem como na cidade, principalmente no início, quando faltavam ainda infraestruturas próprias...



AS RELAÇÕES DOS COMBONIANOS COM OS PODERES PÚBLICOS

Balsas à época da chegada dos combonianos era, de fato, como dissemos, uma cidade despossuída de infraestruturas higiênico-sanitárias e educacionais mínimas. O mesmo diga-se das estruturas administrativo-judiciárias (polícia, promotor, juiz, etc.) Mas havia, em compensação, uma vida político-partidária muito ativa. Existiam, de fato, em Balsas, vários partidos políticos, mas segundo Parodi, *‘subjugados pelo egoísmo individual, e por isso a administração pública era extremamente deficiente’*. Parodi detecta *‘a imoralidade como a pior praga’* que encontrou na região de Balsas. E explica: *‘A cidade está nas mãos de pouquíssimas famílias, que lideram dois partidos contrários. Todos exploram a amizade do sacerdote para fins políticos’*.

O que chama a atenção, entretanto, é a reflexão que vem a seguir, e que parece marcar definitivamente a postura formal dos primeiros combonianos na sua relação com os poderes públicos ao longo das décadas de 50 e 60. Diz explicitamente Parodi: *‘Nós nos colocamos do lado da concórdia e somos amigos de todos’*. Não podia ser diferentemente. Já nos primeiros meses de presença em Balsas, deputados, senadores e governador do Estado foram, todos eles, procurados pelos combonianos que pediram apoio e ajuda material. *‘Todos eles [os políticos] se demonstraram favoráveis à vinda dos combonianos, e prometeram apoios e ajudas’* (B.C. pag. 335 – Notícias dal Brasile –Nov.1952). O próprio governador a pedido do bispo, apresentou uma solicitação de aprovação *‘para uma ajuda inicial extraordinária que se constituiu numa parte do patrimônio da futura Prelazia...’* (Idem)

As relações com ‘os políticos profissionais’ parecem estar alicerçadas na consciência de que é o Estado que pode amenizar situações de sofrimento e necessidade social e econômica, mediante a mediação dos ‘políticos locais’. Embora desconfiados, e sem esconder críticas diretas ou veladas ‘aos jogos de interesse’ praticados pelos políticos, os combonianos nunca deixaram de buscar uma sistemática aproximação e amizade com os que administravam. Mesmo reconhecendo que eram os administradores que tinham o dever de ir ao encontro das necessidades da população, a impressão que se tem é de que os combonianos, de alguma forma, tornaram-se, eles mesmos, o longo e operativo braço local de um estado ausente e surdo às necessidades e carências sociais e econômicas.

Por isso que diante da clara constatação de que os administradores não faziam acontecer, os combonianos – motivados muito mais por um imperativo moral e humano do que por sentido crítico – tomaram decididamente a iniciativa de ‘construir’, eles mesmos, verdadeiras infraestruturas sociais. Parodi, já como administrador em 1955, *‘declara guerra ao analfabetismo e às doenças’*. Nasceram, assim, de um lado, a escola agrária para moços, - juntamente com o ensino básico e várias oficinas (São Pio X, administrada pelas auxiliares leigas combonianas); a Escola Normal, cuja administração foi entregue às capuchinhas (1958), tendo como objetivo o de preparar professores capacitados para a educação integral, e o Hospital São José, cujo único médico era o Dr. Roosevelt Kuri, mas com o valioso auxílio de padre Franco Sirigatti. Vejamos, contudo, que também aqui a iniciativa de ‘fazer acontecer’ por parte dos ativíssimos combonianos, se apresenta de um lado como uma oportunidade de superação de carências sociais evidentes, e do outro, como uma clara oportunidade de dar um rumo e um sentido próprio às ‘obras

sociais'. Estas acabam sendo vistas também como um meio e um espaço excelente para 'evangelizar', formar, catequizar.



METODOLOGIA MISSIONÁRIA E PASTORAL

Desde o início fica patente que a área privilegiada em que se devia investir com maiores recursos e atenção pastoral seria a 'cidade'. Nas descrições de que temos registro das décadas de 50 e parte de 60, informa-se que a maioria da população está espalhada pelos interiores, pequenos centros, núcleos de família que por ocasião das desobrigas anuais se concentram nas casas-sede do proprietário de terra (fazendeiro), que em geral hospedava o padre e abrigava as pessoas que acorriam para receber os sacramentos. Mesmo constatando que a população majoritariamente estava espalhada por dezenas e dezenas de pequenos centros, reserva-se para estas as visitas anuais. O que não deixava de ser algo significativo. Esta prática da desobriga foi uma herança que os combonianos encontraram já institucionalizada. Acolheram-na e deram continuidade nos mesmos moldes clássicos praticados pelos seus antecessores. Adequaram-se a ela mesmo constatando as dificuldades de locomoção, a precariedade, a solidão, a falta de certo conforto. Em momento algum interromperam o ritmo de visitas e desobrigas. Nem criticaram o estilo e as dinâmicas adotadas até então.



Balsas: Parodi, em "safári"

A desobriga no sertão

O saudoso Vito Milesi considera a desobriga não tanto uma instituição, mas um método de trabalho pastoral pré-conciliar praticado em todos os sertões pelos padres. Ele mesmo critica esse método, mas reconhece que era a única metodologia praticada à época. Somente com o Concílio é que começa uma revisão radical dos métodos e dos conteúdos da ação pastoral e

missionária. Parodi nos informa que *‘as desobrigas correspondem ao safári dos missionários na África. Uma viagem pouco turística que se parece pelos sacrifícios à viagem do Bom Pastor entre precipícios e barrancos à procura da ovelha perdida’*. E completa dizendo, quase a mó de demonstração, que na última desobriga que fez sozinho em cima de um cavalo percorreu mais de mil quilômetros administrando 208 batismos e abençoando 59 casamentos, inclusive um de um velinho de 82 anos!

A preocupação principal subjacente à desobriga era dar a oportunidade ao povo de Deus de se livrar da ‘obrigação’ de comungar e se confessar pelo menos uma vez por ano, como rezam os preceitos da Igreja. Claro está que nessas ocasiões há uma concentração de atividades sacramentais. Estas visitas em lombo de burro eram realizadas às pressas, contra o espaço e o tempo. Todo dia numa localidade diferente: confissões, missa, batizados, casamentos (crisma) para partir em seguida para outro lugar. O trabalho pastoral era quantificado pelo número de batizados, casamentos e comunhões. Não há preocupação com o anúncio, a formação bíblico-catequética, as quais sequer eram atividades sentidas como necessárias e essenciais à prática pastoral e missionária. A preocupação exclusiva era a de não deixar sem sacramentos um povo que podia alcançar a salvação espiritual só mediante o cumprimento desses sacramentos. E que só o padre podia oferecer.

O catecismo nos interiores era ensinado pelas ‘patroas’ das fazendas aos próprios filhos e aos filhos dos vaqueiros e agregados. Consistia em ensinar orações, alguns dogmas, a criação do mundo, nascimento e morte e ressurreição de Jesus, a devoção a Nossa Senhora e outros santos padroeiros da fazenda. A religiosidade do povo do sertão foi sustentada pelos rezadores e rezadoras. Eram os dirigentes das orações e dos rituais, dos cantos transmitidos pela via oral pois a maioria não sabia ler. Tudo isso se dava principalmente por ocasião dos enterros, novenas, nas festas dos padroeiros, procissões, ritos penitenciais para pedir chuva, etc.



Padres Dino Vitalini, Gesuino Podda e Cesarino Donati - Mangabeiras, MA - 1965

Apesar dessas práticas pastorais desgastantes e ‘aparentemente’ poucos eficazes, os missionários ‘desobrigadores’ acabavam se tornando elementos integradores, mesmo faltando comunicação e transportes. Eles informavam, levavam comunicações, recados, e atualizavam as pessoas do interior sobre tudo o que era possível. Nesses lugares acessíveis só no período das secas, no isolamento mais absoluto, os únicos que ainda infundiam esperança, resistência, e perspectiva de um futuro mais decente eram os missionários desobrigadores. Ao mesmo tempo, eles eram as únicas pessoas que sinalizavam apoio, solidariedade, presença fraterna a *‘um povo que parecia como ovelhas sem pastor’*.

A desobriga era, em geral, desprovida de ‘sentido crítico’. Não era um espaço adequado para conscientizar e mobilizar pessoas - algo inconcebível para a época - mas frequentemente a situação de abandono social e econômico encontrada tornava-se objeto de conteúdo de sermões e tímidas denúncias quando os missionários retornavam às cidades-base. Nessas ocasiões, geralmente, e após quase dois meses de ausência, ou mais, e após ter visitado dezenas de pequenos aglomerados humanos, os missionários acabavam expondo e relatando a situação de abandono e isolamento em que o povo sertanejo vivia. Não raras vezes responsabilizavam dos ‘púlpitos’ os poderes públicos, embora não tivessem ainda a lucidez e a força profética que caracterizariam a fase posterior aos anos 70.

Não faltavam nas desobrigas, mas também na cidade, críticas ásperas dos padres sobre o modo de celebrar a festa do padroeiro. Isso causava fortes incompreensões com a população católica local. Os padres observavam com uma certa amargura que as festas do padroeiro não se realizavam num só dia como eles gostariam que fosse, e sim durante 10 dias. Nesses dias o que prevalecia era a festa com danças, bebedeiras, ‘imoralidades’. Esta era a principal causa de conflitos e incompreensões entre os padres e os católicos. *‘Nós condenamos esses execráveis abusos e temos procurado uma solução. Onde não obtivemos nada nos abstemos de prestar assistência religiosa’* (B.C. citada, pg.1428).



A presença eclesial maciça na cidade

Balsas, por ser sede da prelazia contava, evidentemente, com um número elevado de sacerdotes concentrados na cidade e na igreja matriz. Um ambiente, como nos lembra o autor do livro de tombo da paróquia de Balsas *‘tipicamente sacral’*. Na cidade garantia-se a missa dominical e uma presença mais intensa dirigida também ao acompanhamento de grupos e movimentos cristãos que existiam. Os padres tinham uma atuação sobre todo o território urbano, acompanhando, controlando e coordenando qualquer tipo de ação eclesial e/ou pastoral.

*Não aparece nos depoimentos-relatórios qualquer referência - pelo menos na década de 50 – à Igreja no Brasil, às linhas pastorais, aos planos pastorais, pastorais de conjunto...*Cada congregação, ou diocese, ao se instalar num determinado território, escolhia e decidia o seu modo de trabalhar, de forma autônoma, mas claramente piramidal. Era o bispo, e localmente, os padres que decidiam tudo, a depender da visão e dos estilos próprios. Não havia escuta ou formas de envolvimento e participação das pessoas. Anunciava-se o *‘próprio [do padre] plano de ação’* e solicitava-se o apoio e aprovação da comunidade. Sistemáticamente as pessoas aderiam,

e contribuía quase sempre de forma generosa. Esse é um dado, por exemplo, que recorre frequentemente nos informes e constantemente reconhecido pelo combonianos desde o início.



Balsas, 1953: Igreja de Santo Antônio.

Os testemunhos históricos oscilam permanentemente nessa dupla consideração: de um lado uma espécie de demonização dos costumes e práticas sociais e culturais, e do outro a constatação da generosidade dessas mesmas pessoas, exaltando sua capacidade de acolher, de colaborar com entusiasmo e dedicação... De um lado uma crítica ao fato de que ‘o povo tinha a presunção de se considerar religioso e católico ao máximo grau, mas que de fato possuía uma mentalidade de tipo pagão’ (B.C. Nº58 -1961) e ‘uma religião puramente tradicional, digna de ser conservada só por ter sido herdada dos antepassados...’ (idem), e do outro lado, a incapacidade ou a dificuldade de perceber que suas próprias práticas religiosas e missionárias combonianas eram também o fruto de uma ‘herança espiritual tradicional’ dos seus antepassados e membros de congregação.

De um lado, o combate aberto e sem trégua contra o ‘lobo do protestantismo’, a superstição, a ignorância religiosa, e do outro, uma preocupação e uma espécie de angústia com a falta de determinadas infraestruturas (casa paroquial, telhados de igrejas, etc.) e com a falta de objetos litúrgicos (paramentos litúrgicos, cálices, etc.) Afinal, para quem se sentia enviado para a ‘*implantatio ecclesiae*’, essas carências faziam sentido e eram objeto de preocupação.

Essas contradições, contudo, não eram vistas em geral pelos missionários que, afinal, continuavam a se sentir depositários da verdadeira fé, e da sua ‘verdadeira’ Igreja, da qual se sentiam enviados. Não atentavam ao fato de que a Igreja que eles testemunhavam e implantavam era, também ela, uma herança cultural, específica. Claro está que essa falta de consciência, embora não dolosa, impedia o diálogo e o intercâmbio autêntico. E não facilitava a incorporação de outros valores vivenciados pela população. Os missionários simplesmente reproduziam o que eles haviam aprendido e vivenciado no seu próprio ambiente eclesial e cultural. Não é de estranhar, portanto, que no livro de tombo da paróquia de Balsas o autor declare formalmente que a Igreja ali ‘*tem aquela clássica fisionomia piramidal, em que o padre é autoridade máxima, a*

religiosidade é devocional e (...)a pastoral é sacramentalista.’(folha 02 –Livro de Tombo da paróquia de Balsas).



Balsas, 1969: Mons. Carlesi administra o sacramento da crisma.

Essa informação, contudo, revela que todo esse processo de ‘instalação’ não se deu de forma tranqüila e consensual. De fato, se de um lado revela uma realidade eclesial clerical com pouca participação popular, piramidal, etc., do outro lado revela que nem todos os combonianos concordavam com essas visões e práticas pastorais centralizadas na figura do padre. Na sua pontual observação, o autor do livro de tomo deixa entrever o seu próprio dissenso. Outra confirmação disso nos é dada quando, ao informar sobre o início dos trabalhos de construção da catedral de Balsas em 1959, o mesmo autor a descreve como uma obra *‘monumental, fora do contexto sócio-cultural do nosso povo’* (livro de tomo). Outras manifestações contrárias à grandeza e à magnificência da catedral por ser uma ofensa à pobreza local, encontramos em diferentes artigos publicados por Nigrizia. Isso é extremamente revelador numa época pré conciliar e pré Medellín onde ainda não havia irrompido a opção eclesial em favor dos pobres!

Já nos final dos anos 50, conforme já dito, parece se delinear com mais clareza que os combonianos decidem investir maciçamente na formação de catequistas, não só no sertão com professores catequistas, mas também nos bairros da cidade. Não há como negar que foi também uma estratégia para combater a ação agressiva dos protestantes que visitavam e se mobilizavam em larga escala, mesmo sem ter grande sucesso. Podemos até afirmar que a ação pastoral como um todo foi extremamente condicionada pela presença e influência dos protestantes que eram vistos como os verdadeiros ameaçadores do ‘monopólio religioso’ dos combonianos.

A ‘contrapropaganda’(B.C. 1959) comboniana para manter coesos os cristãos católicos e enfraquecer as ações dos protestantes consistia nas romarias, procissões, terços comentados, etc. Eram iniciativas que mobilizavam massas e que tinham a dúplice função de ostentar força e predomínio religioso perante a população e os protestantes, e do outro lado, segurar os católicos como membros fiéis de uma grande família, a verdadeira família. Desde então os protestantes insistiam junto às camadas mais pobres da cidade.

De um ponto de vista de metodologia missionária – se assim pode ser definida – podemos afirmar que, grosso modo, na década de 50 deu-se uma mera transposição de modelos de evangelização importados e originados no seio da igreja católica de onde os missionários provinham, muito mais do que modelos e metodologias forjados no interior da própria congregação comboniana. Ou seja, não se detecta aqui no Maranhão, uma prática evangelizadora que se distanciasse daquela que era executada em qualquer lugar da igreja de procedência. Nem podemos identificar que aquilo que os combonianos faziam em Balsas seria o fruto de um modelo missionário próprio, pensado e elaborado a partir de intuições e fontes inspiradoras próprias. Seria interessante, contudo, um estudo comparativo entre as práticas missionárias dos combonianos na África e no Maranhão no mesmo período. Perceber como atuaram os missionários formados no mesmo espaço físico e cultural quando colocados em contextos eclesiais e culturais diferentes.

Os combonianos não chegaram a uma terra ‘virgem’ do ponto de vista da evangelização. Balsas, bem ou mal, já havia recebido um primeiro anúncio, ou pelo menos se havia introduzido determinadas práticas religiosas cristãs. A vinda dos combonianos deu-se basicamente em função do fortalecimento e ampliação de uma presença eclesial já em curso. Isso, talvez, não tenha contribuído a estimular os combonianos a ‘construir’ algo genuinamente original. Daí, talvez, o fato de que não tenham surgido ao longo daqueles anos, entre os combonianos de Balsas, estudos, obras, pesquisas ou reflexões sistematizadas de caráter cultural, linguístico, litúrgico, catequético, em vista de uma melhor abordagem e prática da ação evangelizadora. Não temos relatos ou testemunhos de ensaios concretos, inclusive litúrgicos, de tentativas de ‘inculturação’ da mensagem-prática missionária. Algo bem diferente do que ocorreu, por exemplo, no mesmo período, em vários lugares da África, com outros combonianos que trabalhavam com povos ainda não evangelizados.

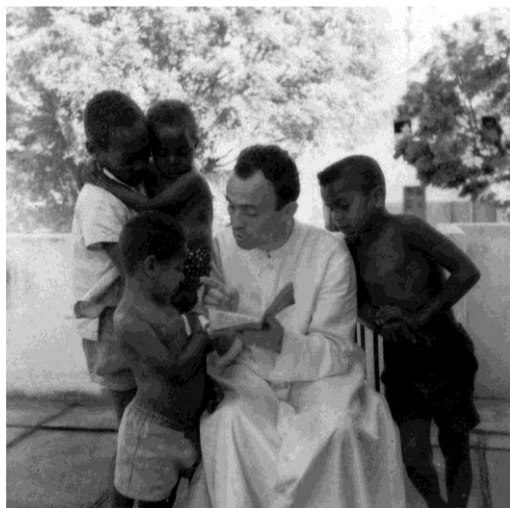
Por encontrarem aqui um povo que supunham ‘já evangelizado’ – embora de forma incipiente – e possuidor de uma cultura que eles não consideravam excessivamente diferente da sua, os combonianos podem ter dado a impressão de se entenderem mais como ‘purificadores e ministros’ de práticas e conteúdos catequéticos e sacramentais do que anunciadores e testemunhas do Reino a ser recriado e inculturado. Mais que dar vida a uma igreja com rosto ‘brasileiro-maranhense’ eles podem ter se preocupado em executar práticas e preceitos herdados de sua própria espiritualidade! Se assim foi, isto não invalidaria a autêntica preocupação e atenção às necessidades sociais e humanas para com a população de Balsas que os primeiros combonianos demonstraram. Aliás, essa atitude profundamente evangélica talvez tenha acabado por sinalizar que evangelizar não é somente ‘anunciar, catequizar e celebrar, obedecer a normas e preceitos’, mas também ‘socorrer e servir o irmão caído ao longo do caminho’ independentemente de sua pertença religiosa e étnica. Isso, mesmo com todos os limites e condicionantes históricas, os combonianos conseguiram fazer.



Educar para evangelizar, evangelizar educando

Os combonianos que aqui chegaram não tinham condições de assumir todas aquelas atitudes e posturas de respeito pela alteridade e desencadear processos de inculturação considerando justamente a sua formação teológica e moral, e as próprias motivações básicas que os trouxeram ao Brasil. Afinal, eles vieram para ‘sanar, redimir, purificar’, e anunciar um evange-

lho que se realizava muito mais através de práticas religiosas, devocionais, preceituais, do que em práticas evangélicas criativas, no exercício da caridade entendida como justiça, defesa de direitos e de dignidades. Nem sequer havia as premissas para tais considerações. E isso no próprio contexto eclesial e social local. Tampouco podemos cair na ingenuidade de exigir essa consciência num contexto de igreja que era movida por outros parâmetros. Já foi dito, contudo, que, em que pese tudo isso, os combonianos cultivaram progressivamente uma sensibilidade e uma atenção para com a realidade na sua totalidade, salientando e abordando aquelas situações de extrema pobreza e abandono social e humano, aprimorando e definindo sempre mais a sua consciência e a sua metodologia missionária.



Pe. Cesarino Donati - Mangabeiras, MA - 1963

Os combonianos tinham diante de si um duplo desafio: de um lado o de dar forma e estrutura a uma igreja institucional (Prelazia), e portanto, a incumbência moral e prática de criar infraestruturas a fim de que a instituição eclesiástica funcionasse adequadamente e, do outro, encontrar os meios pastorais mais adequados para penetrar na cultura e no tecido social e eclesial local para melhor testemunhar e anunciar os valores humanos do Reino. Mais: como fazer com que as ‘obras sociais’ de ‘promoção humana’ e todas aquelas intervenções de caráter social e cultural realizadas para reduzir a exclusão e sanar carências de todo tipo, podiam ser, simultaneamente, instrumentos de evangelização. Ou seja, como evitar que as iniciativas no campo social e cultural não fossem somente ‘construções físicas’, mas fossem também espaço e oportunidade para ‘lançar e fazer brotar a semente do evangelho’?

É claro que os combonianos também sentiam o peso da herança histórica. Atentos ao que acontecia ao seu redor eram conhecedores das obras realizadas pelos capuchinhos, por exemplo, em todo o Nordeste, mas de forma mais específica e próxima, em Carolina, Grajaú, Teresina. Tudo isso deve ter despertado nos combonianos a necessidade de começar a pensar em algum tipo de obra própria e, simultaneamente, formular uma sua própria metodologia. Não só por necessidade prática, mas também para deixar a sua marca, o seu estilo missionário, sinalizando para a população e para a igreja da região quem seriam os combonianos naquele lugar! A esse respeito, chama a atenção um dos relatos de alguns combonianos vindos da Itália e que visitaram Balsas 10 anos após a sua chegada, em 1962. Um deles relata a manifestação dos capuchinhos de Carolina que se referem a Balsas como ‘uma cidade que saiu da sombra e se tornou a cidade dos estudos’ e elogia os combonianos porque num breve período de 10 anos, com meios extremamente reduzidos, conseguiram realizar inúmeras obras. E cita: a Escola Normal, a escola Complementar, o Centro Educacional confiado às irmãs, o seminário Pio X, oficinas e fábricas

de tijolos, de cerâmica, o palácio episcopal (único prédio com dois andares), o Colégio S. Agostino, e se planejava a catedral...

A fase em que a Prelazia comboniana inicia as grandes obras, se dá a partir da nomeação e sagração de Diogo Parodi como bispo. É a partir dos anos 1958-59 que surgem as principais realizações físicas dos combonianos para proporcionar meios e facilitar a construção de outras infraestruturas para a Prelazia (arcebispado, catedral, centros, escolas, seminário, casa das irmãs capuchinhas, etc.). São os irmãos combonianos os grandes executores dessas obras. Evidentemente, com tantas estruturas exige-se também um número elevado de religiosos para acompanhar, administrar, executar ações e iniciativas, etc. Isso faz com que haja uma concentração excessiva de padres na cidade de Balsas. *‘A presença clerical se torna maciça’*, comenta o autor do livro de Tombo de Balsas. Ao mesmo tempo, aos olhos da população ‘os combonianos’ são vistos como os grandes impulsores do ‘progresso de Balsas’. Tal como o Estado o estava sendo no resto País!



Missionário comboniano com crianças, na escola de artes.

Podemos perceber que inicialmente os combonianos tinham uma atuação muito discreta de um ponto de vista de intervenções sociais. Pouco dinheiro, todo ele arrecadado no País. As intervenções sócio-pastorais eram mais de caráter pontual e fruto de iniciativas pessoais de um ou de outro. Já no final dos anos 50 os combonianos assumem o seu papel de propulsores de desenvolvimento sócio-cultural. Embora não tenhamos um registro sistematizado a respeito do que pensavam e planejavam como congregação comboniana, podem-se colher, indiretamente, algumas estratégias.

Chama a atenção nesse sentido uma clara opção por se envolver com o ensino formal existente à época, em Balsas, e nas paróquias próximas. Os combonianos achavam que a presença de um padre no Ginásio que se dedica ao ensino de qualquer tipo de disciplina (não só religião) poderia ser uma boa porta de entrada para interagir e interferir no tecido social e cultural daquela cidade. Além de ajudar a elevar a qualidade do ensino e cobrir áreas que dificilmente contavam com professores à altura, era uma oportunidade para encontrar jovens, pais e professores que poderiam colaborar também com o crescimento da comunidade cristã. De fato, é difícil não encontrar um padre comboniano que não tenha tido uma passagem, ainda que rápida, em alguma escola pública onde ele trabalhou. Alguns deles foram até diretores.

Mas um verdadeiro salto de qualidade e de lucidez missionária se deu a partir da criação do CAER (Centro de Assistência à Educação Rural). A iniciativa surge a partir do lançamento por parte do governo federal do ‘Programa Educação de Base’ visando o combate do analfabetismo no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Estamos em março 1961. É o início do MEB (Movimento Educação de Base). A entidade foi precursora da educação à distância, por meio das escolas radiofônicas, nascidas na arquidiocese do Rio Grande do Norte por iniciativa do então padre Eugênio Sales, posteriormente cardeal. O MEB ganhou prestígio logo no seu nascimento, pois em 21 de março de 1961 o presidente da República em exercício, Jânio Quadros, editou o decreto que dispôs sobre o Programa de Educação de Base, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. De acordo com o artigo 2º, o próprio MEB executaria um plano quinquenal (1961-1965) para expandir e tornar crescente a rede escolar radiofônica. Foi a partir desse decreto que o MEB adquiriu estabilidade funcional. Para isto, foram importantes também as figuras de dom Helder Câmara e dom Vicente Távora.



Balsas, 1962: Seminário Pio X

Coincidência ou não, é justamente em 1961 que no informe encaminhado pelo padre provincial Seri Domenico ao Conselho Geral sobre a situação de Balsas, afirma que já ‘aparece madura a perspectiva de enriquecer o interior com capelas-escolas’. Acrescenta que no mesmo ano os combonianos ‘já haviam iniciado cursos de capacitação para as moças mais evoluídas do mesmo interior, em atividades escolares, catequéticas, e sanitárias.’ E termina dizendo que ‘só quando essas capelas-escolas entrarem em ação a passagem do missionário dará certamente os frutos dignos dos sacrifícios que isso impõe’ (idem)

O CAER (Centro de Assistência Educação Rural) para professores catequistas do sertão, nasce graças à iniciativa de padre Franco Sirigatti. Em Balsas eram preparadas e capacitadas jovens para serem professoras e catequistas simultaneamente. Eram enviadas a viver cada uma em um dos lugares mais habitados do sertão para cuidar do ensino formal, a catequese, presidir a celebração dominical, e repassar conhecimentos de caráter higiênico-sanitário. Essa iniciativa comprova certamente a sensibilidade e a preocupação dos combonianos em articular o atendimento às carências estruturais como o analfabetismo e a falta de acesso à escola, com a preocupação de ‘formar lideranças aptas a auxiliá-los na missão catequética e evangelizadora’. Dessa forma, os combonianos sinalizavam que as atividades de ensinar e de catequizar e celebrar

faziam parte de uma única e indissolúvel missão. Que não se podia separar ‘o social’ do ‘religioso’. Que, afinal, não podia existir uma verdadeira evangelização sem haver, simultaneamente, uma clara preocupação com ‘*as situações humanas penosas da população*’.

Se de um lado tem-se a possibilidade de moldar e formar professores com critérios e princípios próprios, do outro lado manter essa gigantesca máquina formada por leigos, torna-se extremamente dispendioso. Isso impõe uma nova dinâmica na captação de recursos. Incide também na mudança de ritmo e qualidade das visitas e das desobrigas ao sertão. De fato, com a deflagração e a disseminação de educadoras nos diferentes centros do sertão, as desobrigas deixam lugar às visitas às escolas que se faziam em média 2-3 vezes ao ano. Esta iniciativa, longe de ser um substitutivo das obrigações do município, acabou produzindo um efeito virtuoso. A iniciativa ajudou o prefeito de Balsas a abrir os olhos sobre o grave problema do analfabetismo e da exclusão do ensino formal, levando-o a assumir administrativamente as escolas e as professoras do sertão de Balsas.

Não possuímos elementos suficientes para afirmar se esse período de ‘revolução cultural-educativa’, que se adentrou até os anos 80, constituiu-se ou não como base para, posteriormente, dar vida àquilo que podemos chamar de incentivo à organização sindical, seja no campo, seja na educação. Certamente a atenção que os combonianos reservaram ao sertão, identificando contradições, formas de dominação e relações de trabalho ainda feudais, associado ao forte impulso à educação formal, à formação catequética e humana, contribuiu sem dúvida para criar uma nova consciência quanto aos próprios direitos e aos seus mecanismos de defesa e promoção da população. Um dado é claro: no período dos anos 50-60 ninguém falava em organização sindical e tampouco em reforma agrária na região de Balsas! Inclusive aquelas iniciativas de caráter social levadas adiante pelos combonianos visando amenizar a má distribuição de terras na região, deram-se basicamente nos anos 70. Mas as bases estavam definitivamente postas!

Visseu, 8 maggio 1952

1

Il giorno 8 maggio 1952 partiva dal nostro Seminario das Missões, in Visseu, (Portogallo) il primo contingente di missionari lomboriani per il Maranhão (Brasile), dove per mezzo del Sg. Nunzio Apostolico in Brasile ci era stata affidato un territorio di oltre 50.000 Km². e 80 mila abitanti.

Una solenne funzione, presieduta dal Rev. mo P. Generale, con la consegna del crocifisso ai partenti e l'abbraccio fraterno, riempie di commozione quanti riempiono la cappellina del nostro Seminario.

Il capo della spedizione è il Rev. Padre Diego Parodi, coi giovanissimi P.P. Colner Giorgio, Gasperetti Cirillo e Vian chiaro e i Fratelli Coadiutori: Sebastiano Todisco e Franceschi Eugenio.

A mezzogiorno fanno di "despedida" (addio) servito dai nostri Seminaristi sotto la guida esperta di Fr. Basso, cuoco pontificio. Alle 3 i fortunati partenti, accompagnati dal personale e alunni al completo, lasciano la casa benedetta che li ospitò per molti mesi, e si avviano alla stazione ferroviaria, dicendo

Registro da primeira viagem dos combonianos ao Brasil: Visseu, Portugal, maio de 1952.



Balsas - MA, 1965: combonianos no fim de retiro